FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

205

INSCRIÇÃO 745



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2020

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação

Toda a colaboração deve ser dirigida a: fe.revista@uc.pt

Ficheiro Epigráfico | Instituto de Arqueologia | Palácio de Sub-Ripas Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



DUAS INSCRIÇÕES JUNTO AO TEATRO DE OLISIPO

CONTEXTO DO ACHADO

O monumento epigráfico de que nos vamos ocupar surgiu no decurso do acompanhamento de obra no nº 6 da Rua da Saudade, na cidade de Lisboa (Freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Lisboa) – Fig. 1.

No âmbito da inserção desse imóvel na área de ZEP do teatro romano, o Museu de Lisboa – Teatro Romano conduziu, em 2019 e 2020, uma intervenção arqueológica no rés-do-chão, com o objectivo de permitir uma adaptação funcional do espaço. O monumento foi identificado em Junho de 2020, quando se procedia aos trabalhos de alargamento do vão de acesso à rua. Grande parte do elemento pétreo havia sido afectada pela abertura do vão, na fachada exterior, para a colocação da caixa técnica do imóvel, tendo-se então recorrido a meios mecânicos, pelo que não foi possível o imediato reconhecimento da epígrafe.

O projeto de obra implicou o rebaixamento da quota do pavimento, sendo preconizada a escavação em área da zona de afectação, o que correspondeu à quase totalidade da área. No decurso da intervenção, reconheceram-se, além de níveis pré-pombalinos, estruturas de cronologia romana no rés-do-chão e no saguão, sendo as mais relevantes as associadas a um nivelamento de argamassa, extensível a praticamente toda a área do edificio, onde eram visíveis os negativos de placas de revestimento (Fig. 2).

No quadrante sudoeste do imóvel, os negativos das placas de revestimento originais encontravam-se mais bem conservados, enquanto, na parte nascente e do lado norte, já eram menos visíveis. Ainda assim, foi possível a reconstituição quase integral do padrão

original, composto por uma faixa central mais ornamentada (*emblemata*) que deveria localizar-se na zona central do espaço, sendo a área restante mais simples. O esquema mais complexo apresentava duas fiadas orientadas noroeste/sudeste, compostas por quadrados, dispostos obliquamente no interior de outros quadrados, sendo delimitados por placas rectangulares e, nos cantos, por placas quadradas. A restante área possuía um padrão mais linear, de quadrados menores.

Os motivos geométricos mais complexos correspondem ao padrão modular 5 da tipologia de Pérez Olmedo (1996, p. 239, Fig. 11). Este tipo de pavimento é designado por *opus sectile*, técnica de ornamentação arquitectónica que consiste no recobrimento de superfícies com placas pétreas, cortadas em formas geométricas, vegetais ou figuradas. Ainda que o pavimento propriamente dito não tenha sido materialmente identificado, os negativos das diversas lajes que o compunham ficaram registados na argamassa empregue na colocação.

No nível de argamassa eram visíveis fragmentos de placas pétreas e os seus negativos, empregues como nivelamento do solo, com espessuras variáveis entre 0,7 e 2,2 cm. Esta variação relaciona-se com o facto de se tratar de desperdícios de pedras e não das lajes de revestimento. A presença de um tão grande número de desperdícios indicia a manufactura do pavimento no local, isto é, a presença de um ateliê que realizava a composição e procedia ao respectivo assentamento.

Ém território nacional não são muitos os casos de pavimentos de *opus sectile;* em Lisboa, o único caso comprovado é o da *orchestra* do teatro romano, que, com a estrutura do *proscaenium*, sofre obras de remodelação no ano 57 d. C., data mencionada na inscrição constante do *frons pulpitum* (entre outros: Fernandes 2011, p. 263-311; *idem*, 2013, p. 765-773; Fernandes e Nogales 2018, p. 432-455).

No saguão do edificio, localizado a norte, após a remoção do lajeado que compunha o pavimento, foram identificadas diferentes realidades arqueológicas de cronologia romana, sendo a mais relevante uma estrutura de *opus caementicium*, com 2,5 m de espessura e orientação norte/sul, estando adossada, a poente, à rocha base, enquanto a nascente apresentava um paramento regularizado e um alçado conservado de 1,34 m, rematado inferiormente por uma frustre e mal conservada meia-cana de argamassa. Trata-se de uma estrutura hidráulica – um depósito de água ou cisterna, isto é, um

lacus ou um *salientes aquae*¹ – revestida de argamassa muito forte e compacta, de três camadas sobrepostas, com espessura de 5,5 cm.

A escavação no interior desta estrutura permitiu a identificação de distintos níveis de colmatação, homogéneos e de deposição regular, com abundantes materiais de construção e de revestimento, cerâmica comum e fina, faunas, vidros, etc., que permitem sustentar ter sido a estrutura desactivada e, consequentemente, colmatada nos finais do século I d. C.

Um dos dados mais relevantes fornecidos pela intervenção arqueológica foi o achamento de variados litotipos ainda conservados na argamassa do interior do rés-do-chão. Pelos estudos até ao momento desenvolvidos, sabemos serem provenientes de vários locais do Império Romano, como é o caso de se haverem identificado mármores provenientes da Turquia, da Grécia, do Norte de África e de Espanha, além de outros da região de Lisboa².

Quanto à interpretação dos achados, em especial no que respeita ao edificio a que pertenceria o pavimento em opus sectile, inclinamonos a pensar que nos encontramos perante um edificio religioso. Podemos associar às estruturas agora postas a descoberto os vestígios registados em 1987 por Irisalva Moita em edifício contíguo (1995, p. 373), concretamente um embasamento em opus caementicium, delimitado lateralmente por blocos esquadriados em biocalcarenito, com cerca de 14 m de comprimento, prolongando-se para norte, com orientação noroeste/sudeste. Esta estrutura corresponderá ao limite nascente do edificio agora identificado, que se situa muito próximo ao teatro, em área contígua a uma das suas entradas monumentais (aditus maximus nascente), o que decerto obrigou a uma planificação conjunta. Esta ideia é igualmente sublinhada pelo facto de se registarem, em ambos os edificios, a mesma orientação, iguais soluções construtivas, semelhantes cotas entre a orchestra do teatro e do pavimento agora referido, além de idêntico modelo de

¹ Cfr., a este respeito, as designações e respectiva definição apresentada por Reis. 2010. p. 289 (Ouadro 1).

A identificação dos vários litotipos foi realizada por uma equipa reunida para o estudo deste espólio, concretamente os geólogos Jorge Sequeira, do Museu Geológico de Lisboa; Manuel Francisco Costa Pereira, do Instituto Superior Técnico, e Isabel Fernandes, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

pavimentação em opus sectile.

Pelas considerações enunciadas pensamos estar em presença do que poderá ter sido um templo, possivelmente de culto imperial, dada a proximidade com o teatro³.

Por fim, o facto de se ter encontrado uma estrutura hidráulica a norte do pavimento ratifica a interpretação de se tratar de um edificio religioso, comprovada que está, sobejamente, a associação entre os templos e o elemento água, «elemento vital na vida urbana, que participa também no espaço sagrado da urbe». «Esta estrutura» de cariz aquático, continuamos a citar Pilar Reis (2010, p. 290), que «poderá pertencer ao *temenos* do templo, situa-se junto ou dentro do pórtico que envolve a praça (...) por uma razão específica relacionada com a liturgia do culto imperial».

Os paralelos mais próximos para o padrão de *opus sectile* agora identificado registam-se em Ampúrias, mas igualmente na própria Roma, onde se destaca o pavimento em *opus sectile* da cela do templo de Apolo, junto ao teatro de Marcelo, inaugurado no ano 13 d. C.⁴

A PRIMEIRA EPÍGRAFE

O bloco epigrafado encontrava-se embebido na alvenaria da parede da fachada, no lado poente de um dos vãos (Fig. 3), donde foi retirado na manhã de 5 de Junho de 2020, tendo sido o alargamento do vão que permitiu a identificação da epígrafe, na medida em que a face epigrafada se encontrava voltada para baixo (Fig. 4). Para a reutilização, foi o monumento original partido muito irregularmente, tendo, no que concerne à epígrafe, levado boa parte do seu conteúdo; foi possível, porém, reconstituir por completo a l. 4 antes do fim, por nela ter estado escrito o nome do primeiro cônsul do ano de 164 e dele ainda restarem vestígios, como a seguir se dirá (Fig. 5).

Trata-se de um calcário do Cretácico da região de Lisboa, muito parecido com a lioz da região de Lisboa e não de Pêro Pinheiro, onde os rudistas são muito mais evidentes.

Encontra-se actualmente nas instalações do Museu de Lisboa – Teatro Romano e integrará a exposição de longa duração do museu.

Hipótese já anteriormente defendida: Fernandes et alii, 2015, p. 203-224.

⁴ Il portale per la catalogazione informatizzata dei pavimenti antichi: http://tess.beniculturali.unipd.it/web/home/

Dimensões: (57) x (68) x (23). Campo epigráfico: (36) x (56).

[...] / [M(arco) (hedera) PO]MPEIO (hedera) MACRI[NO] / P(ublio) · IVVENTIO (hedera) CELSO CO[S(ulibus)] / M(arco) · CAECILIO AEMILIAN[O] / Q(uinto] · IVLIO MARCELLIANO IIVI[R(is)] (duumviris)

[...]. Sendo cônsules Marco Pompeio Macrino, Públio Juvêncio Celso; duúnviros, Marco Cecílio Emiliano, Q. Júlio Marceliano.

Altura das letras: 1. 1: 4,3/4,5; 1. 2 e 3: 4,3. Espaços interlineares: 1: 0,7; 2: 1; 3: 1,6/1,7; 4: 15.

Paginação cuidada, obedecendo a eixo de simetria. O relativamente largo espaço deixado entre a última linha e a base do campo epigráfico denuncia a intenção de a epígrafe ficar localizada acima do nível do olhar humano.

Excelente gravação a badame, numa superfície previamente alisada, apesar da textura irregular da lioz típica da região. Parece ter havido intenção de gravar uma *hedera* antes de CELSO. Há, quase imperceptível, uma outra, sagitada, de ponta para baixo e pecíolo muito breve, após o M da penúltima linha.

Caracteres actuários com serifas (veja-se o primeiro A de *Aemiliano*), a denotar prévia existência de linhas auxiliares, o que se evidencia, de modo especial, na base das letras da palavra *Marcelliano*. Barras curtas no T e no E, as deste com leve inclinação para cima, a contrariar, de certa maneira, a evidente verticalidade do conjunto; O e C oblongos; R feito a partir do P; A de barra mediana ténue, horizontal; Q de ampla cauda ondulada.

Na leitura da actual l. 1, assinalamos que há, do M, a parte inferior; a metade inferior do P; a pedra lascou no sítio do E; do I há a metade inferior e o O está quase completo. Em MACRINO, o N encontra-se apenas perceptível e o O desapareceu na fractura.

No final da l. 2, tanto podem ter sido grafados os dois **SS** como – mais verosimilmente – apenas um. No final da l. 3, do **O** resta um vestígio mínimo da curvatura inferior esquerda. No final da l. 4, há a terminação superior do **I** e o **R** desapareceu; as serifas poderão ter suprido a necessidade de barra horizontal para indicar numeral.

Costuma dizer-se, perante o fragmento duma inscrição importante, como esta o é, que «nos falta o mais significativo», dado que, na realidade, quer se haja pretendido imortalizar um acontecimento ou uma personalidade, é esse dado que ficou no outro pedaço da epígrafe, porventura reutilizado ele também em parede próxima!... Poder-se-ia pensar que o local donde proveio se presta, na verdade, a homenagens: estamos precisamente ao lado de uma das entradas monumentais do teatro e onde se situaria o que se interpreta como podendo ser um templo de culto imperial...

Acontecimento ou personagem relevante deve ter sido, por se não haver olvidado de o datar com precisão, através da menção dos cônsules do ano de 164 d. C. – e com expressa intervenção dos duúnviros. Pertencem estes a famílias olisiponenses largamente documentadas na epigrafia romana da cidade: a dos *M. Caecilii* e a dos *Q. Iulii*. Registe-se que os cognomes, latinos, reflectem, por seu turno, o relacionamento (provavelmente pelo lado materno) com a *gens Aemilia*, um, e com *Marcellus*, -a, o outro; este último a relacionar-se com a *Iulia Marcelliana*, documentada em Vila Franca de Xira (AE 1965 266).

A SEGUNDA INSCRIÇÃO

Aquando da lavagem e limpeza da inscrição da face maior, ou seja, cerca de uma semana depois da sua descoberta, verificouse a existência de caracteres na face lateral esquerda, restos de uma outra epígrafe que, mau grado a evidente irregularidade da textura do suporte, aí fora gravada. Pela paleografia – caracteres capitais quadrados – permitia, desde logo, uma datação dos primórdios do Império.

Teria, pois, havido reaproveitamento, em 164, de um monumento anterior. Não se crê, à partida, que haja ocorrido eventual *damnatio memoriae*, caso a epígrafe se referisse a alguém caído em desgraça; certo é, porém, que do texto anterior pouco resta, à primeira vista, susceptível de se propor uma reconstituição. Texto de alguma imponência seria, atendendo ao módulo dos caracteres. A não ser que se trate de inscrição tentada e abandonada, por exemplo devido à referida e bem evidente irregularidade da superfície (Fig. 6).

Dimensões: (34) x (17).
Altura das letras: 1. 1: ?; 1. 2: 5; 1. 3: 4; 1. 4: 4,7; 1. 5: ? Espaços: 2 e 3: 2; 4: 1.

Vejamos o que é possível discernir, ainda que se creia estarmos diante da porção intermédia dum texto, que teria continuidade em cima, em baixo, à esquerda e à direita.

Na actual l. 1, há um I a que só falta, em cima, uma porção mínima; segue-se L. Não se enxergando vestígio de ponto, assinale-se o invulgar espaço entre as duas letras, a evidenciar alguma solenidade.

- Na l. 2, EPO lê-se bem e nestas letras nos baseámos para as classificar de capitais quadradas, mormente devido à perfeita circularidade do **O**; a parte superior do P lascou, porventura mesmo no momento da gravação e o sulco daí também resultante poderia induzir a pensar-se em **R**. O traço vertical a seguir ao **O** pode ser de um **T**, cuja barra horizontal desapareceu por completo.
- Na 1. 3, os estragos provocados pelas falhas do calcário são bem evidentes. Sugere-se PRON: do P há somente a curvatura superior; do R saltou parte da perna, oblíqua; o O está perfeito; com um pouco de imaginação (quiçá!...), afigura-se-nos perceber a haste vertical esquerda de um N, na medida em que nos parece descortinar também o arranque superior da perna oblíqua.

Na l. 4, apenas PO: o **O** está completo e, do **P**, há a haste vertical e boa parte da curvatura. Depois do **O**, o lascamento tudo levou!

Na última linha visível, a reconstituição N não oferece dúvida, porquanto só nos falta o ângulo inferior direito e temos a serifa do segundo vértice superior. Pode ser impressão, mas cremos plausível a eventualidade de o lascamento inicial ao nível desta linha ter ocorrido, em parte, no rasgo de um I ou da haste direita de N.

Lógico é que, neste momento da análise, se nos antojem perspectivas deveras aliciantes, tendo em conta que a epígrafe veio do espaço junto ao teatro romano e que este sofreu, em 57 d. C., no reinado do imperador Nero, substanciais melhoramentos, devido à oferta do *proscaenium* e da *orchestra cum ornamentis*, devida à benemerência do augustal perpétuo *C. Heius Primus*, como atesta a inscrição HEpOL nº 21272, retirada, no final dos anos 80 do século passado, dum edifício contíguo, o nº 4 da Rua da Saudade.

Nessa inscrição, de Nero se indicam os antepassados: era trineto de Augusto, bisneto de Tibério, neto de Germânico e filho

do imperador Cláudio – uma linha hereditária plena de adopções, a justificar, também por aí, a ascensão ao trono imperial. Não o será menos solene esta epígrafe, dado o módulo das letras. Tornase, por isso, aliciante propor que o fragmento integre, como o da inscrição do *proscaenium*, um texto em que a data da obra venha consignada da mesma forma (Fig. 7)⁵:

[...] / NERONE · CLAVDIO · / DIVI · CLAVDI · FILIO / GERM(anici) · CAES(aris) · NEPOTE / TI(berii) · CAESARIS · PRONEP(ote) / DIVI · AVG(usti) · ABNEPOTE / [...] N

[...] no tempo de Nero Cláudio, filho do divino Cláudio, neto do César Germânico, bisneto de Tibério César, trineto do divino Augusto...

O N final pertencerá seguramente à palavra identificativa da obra. Poderia ser *proscaenium* ou *scaena*, se acaso outro aspecto dalgum destes dois componentes do teatro houvesse sido alvo de atenção. Ou, porventura, do templo. Em todo o caso, não nos parece ousadia considerar esta epígrafe contemporânea da mandada lavrar por *Heius Primus*, no ano 57.

Reflexões

Escusado será relevar, em 1º lugar, que se revela importante para a história da cidade de *Olisipo*, em geral, e do seu teatro, em particular, o atento, sério e permanente acompanhamento de todas as obras levadas a efeito em edificios das proximidades do monumento.

Depois, não é de somenos o contributo que esta dupla inscrição veio trazer para a história do teatro, na medida em que atesta uma nova intervenção, com carácter solene, no ano de 164, a mostrar quanto a vida cultural da cidade se manteve ao longo de décadas.

Deixamos para o fim a pergunta: porquê em 164? Que acontecimento significativo, a nível local ou geral, poderá ter determinado a decisão de mandar lavrar esta epígrafe?

A nível local, a resposta passará pela necessidade de obras

⁵ Agradecemos, de coração, ao Dr. José Luís Madeira a prontidão e disponibilidade com que passou a desenho a reconstituição proposta.

– um século decorrera desde a intervenção de *Heius Primus* – e, também, por alguma oportunidade de se evidenciar localmente, a fim de obter repercussão a nível do governo central. Aliás, será que, exactamente a esse último nível, algo poderá ter ocorrido para, em *Olisipo*, se julgar eficaz tal repercussão? De repente, apenas surge o facto de Marco Aurélio – que, em 161, associara ao governo o irmão adoptivo, Lúcio Vero – ter aceitado o cognome de *Armeniacus*, em virtude de, no ano anterior, o seu exército haver alcançado importante vitória, no âmbito da guerra contra os Partos (161-166), ao lograr tomar Artaxata, a capital da Arménia. Aliás, é nesse ano de 164 que Marco Aurélio e L. Vero são saudados pelas tropas como *imperatores*, por ocasião da mudança da capital da Arménia para Kaine Polis, apenas a 50 km da fronteira romana.

No âmbito da documentação epigráfica – atendo-nos aos elementos colhidos em EDCS – regista-se CIL XV 1369, de Roma e outras regiões itálicas, que dá conta de 21 marcas de oleiro, datadas desse ano de 164, a assinalar que se trata de *d(oliare) o(pus) ex p(raediis) Paluti Aquil(ini)*. Nesse mesmo ano, é concedida a cidadania a militares que passaram à disponibilidade (ECDS 12300323, de *Vindobona*). Nada disso poderá ter tido repercussão na Lusitânia.

Quanto a epígrafes romanas peninsulares datáveis desse ano ou de anos próximos, aduza-se a homenagem feita pelos *municipes municipii Myrtilensis*, nesse ano de 164, com a intervenção dos duúnviros (IRCP 96); e o pedestal mandado lavrar pela *colonia Libisosanorum* (Lezuza) datada de 167 (HEpOL nº 9374).

Recorde-se, porém, que – como atrás se assinalou – havia um governo dual e, por consequência, em vez de pensarmos exclusivamente em Marco Aurélio, a possibilidade de, em *Olisipo*, se ter querido homenagear Marco Aurélio e seu irmão, Lúcio Vero, ou apenas Lúcio Vero, não pode ser preterida, tanto mais que, nesse ano de 164, em Alora (Málaga), a *respublica Ilurensium decreto ordinis* saúda Lúcio Vero (CIL II 1946) e dois anos depois, não muito longe de *Olisipo*, em *Ammaia*, os munícipes amaienses irão também homenagear Vero, homenagem de que nos resta um pequeno pedestal epigrafado (IRCP 616). Anotouse, a esse propósito: «Manifesta o monumento de Amaia um notável acto público de oficial submissão a Roma, ainda que em roupagens de discreto formulário, num período de florescimento do culto imperial na Península» (IRCP, p. 678).

É bastante provável, todavia, que a epígrafe de *Olisipo* não tenha a ver com uma intenção de agradar ao poder central, tendo-a, por isso, em conta de honorífica. Ainda que relacionável mais com o templo do que com o teatro, somente se terá querido perpetuar a conclusão de um trabalho, nada mais. Aliás, tanto na inscrição de Mértola como na de Lezuza ou, mesmo, na de Alora e na de *Ammaia*, a datação é fornecida pelos elementos do currículo imperial, os únicos que, na circunstância, interessariam; mais uma prova, portanto, de que a datação, aqui, pelos cônsules (a nível geral) e pelo mandato dos duúnviros (a nível local), visa assinalar a solene conclusão duma obra: é epígrafe monumental e não honorífica!

BIBLIOGRAFIA

EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby: http://www.manfredclauss.de/gb/

Fernandes, L. (2011) – A decoração arquitectónica de época romana do *municipium Olisiponense*. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 14, p. 263-311.

Fernandes, L. (2013) — Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano. In J. M. Arnaud, A. Martins e C. Neves (coord.), *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 765-773.

Fernandes, L. *et alii* (2019) — Elementos arquitetónicos do Teatro Romano de Lisboa / *Olisipo*: sobre o emprego de estuque e da pedra. *Conimbriga* LVIII, p. 149-191.

Fernandes, L. (2019) — *Caius Heius Primus* — Formas de poder na elite de *Felicitas Iulia Olisipo*. In A. Caessa e R. Campos (coord.), *Lisboa Romana* — *Felicitas Iulia Olisipo* — *Monumentos Epigráficos*. Lisboa: Câmara Municipal, p. 87-99.

Fernandes, L. *et alii* (2015) — Paisagem urbana de *Olisipo*: fatias da história de uma cidade, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18, p. 203-224.

Fernandes, L. y Nogales Basarraye, T. (2018) — Teatro Romano de <u>Olisipo</u>: programas decorativos teatrales de <u>Lusitania</u>. In C. Márquez y D. Ojeda [edit.], *Romana en Hispania VIII* (Actas de la VIII Reunión Internacional de Escultura Romana en Hispania — Universidad de Córdoba y Baena 5-8 octubre de 2016). Córdoba, p. 432-455.

Fernandes, L. e Grilo, C. (2019) – Um Templo Romano junto ao Teatro de *Felicitas Iulia Olisipo*/Lisboa?, *Al-madan* 2^a série, 22, p. 16-22.

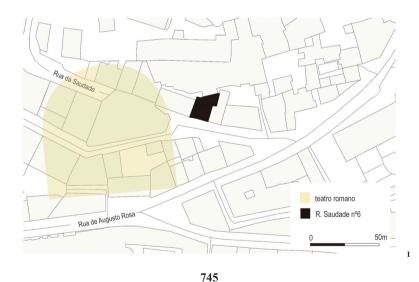
HEpOL = versão *on line* de *Hispania Epigraphica*: http://eda-bea.es/ IRCP = Encarnação, J. d', *Inscrições Romanas do* Conventus Pacensis. — *Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra, ²2013.

Moita, I. (1995) – Notícia de novos achados e documentos referentes ao teatro romano. *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Mafra, p. 372-377.

PÉREZ OLMEDO, E. (1997) – Revestimientos de *Opus Sectile* en la Península Ibérica. *Studia Archaeologica* 84. Universidad de Valladolid.

Reis, P. (2010) – Tanques, fontes e espelhos de água nos *fora* lusitanos. In T. Nogales Basarrate (edit.), *Studia Lusitana* 4 – *Cidade e Foro na Lusitânia Romana*, p. 285-314.

Lídia Fernandes⁶
José d'Encarnação⁷
Carolina Grilo⁸
Cristóvão Fonseca⁹

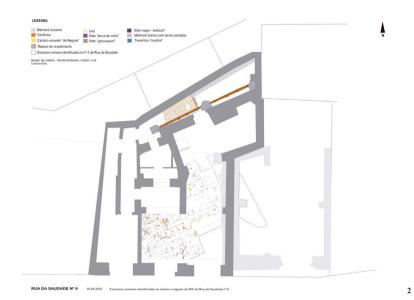


⁶ Museu de Lisboa-Teatro Romano/EGEAC

⁷ CEAACP/FLUC

⁸ Museu de Lisboa-Teatro Romano/EGEAC

⁹ Museu de Lisboa-Teatro Romano/EGEAC





745







NERONE · CLAVDIO DIVI · CLAVDI · FILIO GERM · CAES · NEROTE TI · CAESARIS · PROVEP DIVI · AVG · ABNEPOTE

0 10 cm